

Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo

Introdução

FLORENCE LE CAM

Cátedra de Jornalismo
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
flecam@ulb.ac.be

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

Professor
Universidade de Brasília
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
fabiop@gmail.com



Este número especial¹ propõe uma discussão transversal sobre as normas que motivam os pesquisadores em jornalismo. Os textos reunidos nas próximas páginas buscam, cada um à sua maneira, propor uma discussão metodológica e interdisciplinar com o objetivo de questionar ou questionar as normas, conscientes ou inconscientes, que participam da construção de um objeto de pesquisa e de sua análise. De certa forma, os textos questionam também o processo de circulação de discursos entre diferentes universos sociais: os mundos do jornalismo, da universidade, da literatura, da política. Nesse caso, questionar pelo menos parte das prescrições partilhadas por um grupo social e que orientam os modos de comportamento e as ações nos parece um procedimento relevante. As normas são indissociáveis da ação social e desempenham um papel fundamental na construção da realidade e na condução de uma ação, principalmente nas práticas de ensino e de pesquisa em jornalismo. Elas fornecem um conjunto de recursos interpretativos que permitem compreender as circunstâncias nas quais os atores sociais estão imersos, levando, dessa forma, a modalidades de ação possíveis (ou preferíveis) (Heritage, 1991; Menger, 2009). Ao fazerem isso, as normas seriam, para os pesquisadores em jornalismo, tanto um recurso interpretativo como um modo de ação; mas elas nunca são claramente enunciadas, discutidas, confrontadas. E, contudo, o fato de serem partilhadas por uma comunidade científica dá a entender que eles seriam transparentes ou que não

Pour citer cet article

Référence électronique

Florence Le Cam, Fábio Henrique Pereira
« Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.
URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

interviriam nunca nas formas de ser pesquisador e de estudar o jornalismo. Mas, mesmo que não seja possível falar em paradigmas de pesquisa, no sentido defendido por Thomas Khun, existe ao menos evidências sobre o papel das normas na escolha e no tratamento de certos objetos de pesquisa (por exemplo, a importância dos estudos sobre as inovações, sobre as transformações do jornalismo, e, sobretudo sobre os impactos provocados pelas tecnologias), bem como na adoção de certos métodos (como as análises textuais ou o uso de entrevistas). Essas evidências não refletem apenas as normas internas ao campo científico, mas também as que são vinculadas a outros espaços sociais (como o próprio mundo midiático). O desejo de questioná-las neste dossiê está baseado em quatro características dos mundos do ensino e da pesquisa em jornalismo: nos perfis específicos dos pesquisadores que integram esses espaços, nos processos de institucionalização da pesquisa em jornalismo em diferentes contextos nacionais, nas relações entre o ensino do jornalismo e as normas profissionais e, enfim, na própria natureza da pesquisa em jornalismo.

PERFIS VARIADOS

Com a estruturação da pesquisa em jornalismo, que se intensifica a partir dos anos 1980, dois tipos de professores-pesquisadores contribuem para a análise das práticas e das identidades jornalísticas. A primeira baseia-se no jornalista que se torna professor. Essas pessoas podem ingressar numa universidade após uma trajetória relativamente longa no meio midiático. Sua mudança de carreira é, em alguns casos, resultado de uma atração pela atividade de ensino, de um vontade de transmitir o saber profissional. Também pode ser uma escolha decorrente da falta de sucesso no jornalismo, de uma decepção em relação às condições de realização desse ofício, ou da busca de uma perspectiva mais estável de carreira em termos de remuneração (por meio de um contrato de trabalho numa universidade). Pode ser ainda uma forma de prolongar um ideal pessoal e profissional: ao ensinar, o jornalista, revive momentos, tentar partilhar uma experiência e um *savoir-faire*, orienta e forma uma nova geração. Nesse casos, alguns jornalistas acabam retomando os estudos superiores e adquirindo um título de doutorado. Outros simplesmente ingressam em grupos de pesquisa e se aculturaram à lógica acadêmica ao trabalharem junto com outros pesquisadores. Todos eles contribuíram a um melhor conhecimento das condições práticas de produção da notícia e dos constrangimentos da profissão. No entanto, oriundos de um meio profissional atravessado por normas, esses pesquisadores acabam em alguns casos reforçando um discurso normativo extremamente

forte, que circula e é retomado nos meios profissional e acadêmico. A segunda figura é a dos professores-pesquisadores com trajetórias mais ou menos lineares em que seguiram um percurso acadêmico tradicional com formação em comunicação, história, ciência política, sociologia, linguística... Apesar das variações observadas em termos de vinculação teórica e metodológica, de inscrição a diferentes escolas de pensamento, de pertencimento a sociabilidades intelectuais distintas, esses pesquisadores não deixam de partilhar um conjunto de recursos interpretativos que se traduzem também em uma visão normativa do papel da ciência na sociedade, e pela adoção de um conjunto de práticas relativamente comuns e que fundamentariam ao exercício de uma pesquisa científica de “qualidade”.

Essas duas figuras podem atuar juntas em alguns departamentos ou cursos de jornalismo. É bem comum que representações mais ou menos caricaturais sobre elas circulem nesses espaços: o pesquisador em jornalismo originário do meio acadêmico muitas vezes é taxado de não conhecer as condições reais do exercício da profissão; já o ex-jornalista pode ser criticado pela sua falta de recuo e de reflexão crítica. Esses estereótipos ainda estão presentes nos corredores das universidades. Eles podem dar origem a discussões que vão frequentemente orientar a construção de projetos pedagógicos, animar os debates departamentais, servir como base a estudos empíricos (Mellado, 2011) ou a polêmicas no meio acadêmico em relação ao “perfil ideal” da formação em jornalismo (Cunningham, 2005; Delano, 2009). Esses estereótipos são anódinos, pois remetem aos questionamentos que são feitos em relação à articulação entre a estrutura de ensino e a prática de pesquisa: *“Podemos nos perguntar se a dimensão profissional das formações em jornalismo, conduzidas por pessoas vinculadas ao espaço jornalístico, intimamente associadas às empresas de mídia, não seriam um convite a um distanciamento de uma abordagem sociológica mais crítica, frequentemente exterior e desvinculada [da prática] e em alguns casos herméticas à compreensão pelos atores”* (Frisque, 2016).

OS CONTEXTOS NACIONAIS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM JORNALISMO

A construção e a circulação das normas também dependem da forma como se evoluíram contextos nacionais de ensino e pesquisa em jornalismo. De fato, os esforços de atores dos meios profissional, acadêmico e governamental na construção do campo acadêmico darão origem a modalidades específicas de se definir e praticar a pesquisa em jornalismo em

diferentes países – mesmo que a internacionalização da ciência e a intensificação do processo de circulação de pesquisadores possam eventualmente minimizar esse processo. O caso brasileiro é emblemático. A busca por uma relativa autonomização em relação ao campo mais amplo da comunicação empreendido por professores e coletivos de pesquisa a partir dos anos 1990 vai desembocar em um movimento de resgate da história do campo, situando o “*Pensamento Jornalístico Brasileiro*” em uma relação de continuidade com trabalhos publicados pelos seus “teóricos fundadores”, vários deles jornalistas-praticantes, como é o caso de Alceu de Amoroso Lima e Danton Jobim (Marques de Mello, 2009). Além disso, autores como Meditsch (2015) e Motta (2013) vão narrar o processo de construção dos primeiros programas de ensino e pesquisa em jornalismo no Brasil ainda nos anos 1960, associando-os à ação de intelectuais, jornalistas e acadêmicos comprometidos com a “democratização da sociedade brasileira” (contrapondo-se, nesse caso, ao incentivo dado pelo Regime Militar de 1964-1984 à criação dos cursos de comunicação). Nesse trabalho de arqueologia do campo, os pesquisadores em jornalismo vão colaborar para a difusão no meio acadêmico de um discurso normativo que associa à prática jornalística – e também ao ensino e à pesquisa em jornalismo – uma função de democratização da sociedade e de promoção da mudança social. Uma reflexão análoga pode ser realizada no caso da França (Pélissier, 2008). Ela mostra que, após uma lenta fase de estruturação do campo, caracterizada por Padioleau (1976) como um momento de incubação, a pesquisa jornalística vai testemunhar uma “aceleração súbita da produção do saber”, cujo debate e a constituição de um coletivo de pesquisadores durante os anos 1990 serão estruturados pelos trabalhos e pela figura de Pierre Bourdieu. Em seguida, observa-se um período de diversificação em que o jornalismo começa a ser visto como objeto de pesquisa por domínios científicos distintos e em alguns casos herméticos entre si (História, Ciência Política, Comunicação).

AS NORMAS DE ENSINO?

As normas dos pesquisadores não dependem apenas das trajetórias individuais ou ainda de sua imersão nos contextos nacionais específicos, também são resultado da própria natureza da relação entre o ensino e as normas profissionais. Todo professor de jornalismo, independente de ser originário do mundo profissional ou acadêmico, está imerso em um tipo de tensão normativa. Na formação dos estudantes, ele pode ser levado a reafirmar um conjunto de normas: a objetividade, a sinceridade, as boas práticas, as formas de ser jornalista e de fazer o jornalismo. Isso acontece independentemente

da forma como ele analisa o meio midiático e suas práticas. A prática de ensino deve ter como base as formas de ser e de fazer correntes no meio profissional; ela deve ser alimentada e irrigada por um conjunto relativamente restrito de formas de se fazer e que podem ser apresentadas como reproduzíveis. É essa reprodutibilidade, essa tentativa de amarração do ensino às condições reais da prática que dá origem, em alguns casos, a um discurso normativo. Ensinar aos estudantes as técnicas de base, a diferença entre os gêneros jornalísticos, as formas de se fazer um lead, as “boas” maneiras de titular uma matéria, de compô-la, de impostar a voz, de escrever (Hellot e Malo, 2001)... tudo isso consiste em normas que o professor deve transmitir, ao tempo em que dá margem para que os estudantes possam desenvolver seu próprio estilo, seu *ethos*, sua identidade profissional. Emergem, portanto, duas dinâmicas fundamentais a professores e alunos: a primeira remete a uma articulação entre teoria e prática, que questiona desde sempre, a participação recorrente do mundo da educação no jornalismo (Reese, 2004; Nolan, 2008); já a segunda diz respeito à evolução permanente das fileiras de ensino do jornalismo, na forma como elas refletem ou antecipam as transformações das profissões, das práticas e das ferramentas (Le Cam e Trédan, 2008).

NORMAS E PESQUISA EM JORNALISMO

Na pesquisa em jornalismo, as normas estão ligadas ao conjunto de representações (científicas ou não) produzidas em torno de certos fenômenos condicionantes e às escolhas possíveis ou prováveis tomadas pelos atores-pesquisadores: 1) Na escolha dos temas de pesquisa considerados como legítimos do ponto de vista de um sistema normativo; 2) Na definição e na condução de métodos e de técnicas de pesquisa; 3) Na adoção de modelos teóricos ou argumentativos úteis à produção de conhecimentos. Assim, as normas e as representações referentes ao jornalismo às quais os pesquisadores estão imersos – sejam eles antigos praticantes da profissão ou acadêmicos sem experiência prática – condicionam, constroem e povoam as pesquisas. Tais escolhas articulam maneiras de conceber o jornalismo: o que explica a importância nos últimos anos de análises quantitativas no estilo *big data*, de cartografias complexas, bem como a defesa, em alguns casos, enfática de pesquisas de campo do tipo etnográficas, baseadas na proximidade com os sujeitos. Essas escolhas metodológicas destacam também as normas dos pesquisadores, tanto no sentido de reforçar suas próprias concepções, como de se inserir em movimentos de ‘moda’ ou de entusiasmo metodológico em relação a certas formas e de trabalhar. Essas concepções do jornalismo irrigam o conjunto

de pesquisas e frequentemente levam as pesquisas científicas da área a afirmar o que é ou não o jornalismo, a questionar as suas fronteiras, tendo como ponto de partida pressuposições e pré-concepções que delimitam de maneira expressiva o território de investigação.

Este dossiê temático apresenta abordagens interdisciplinares que permitirão questionar as relações que estabelecemos com os nossos sistemas de normas relativos tanto ao domínio do jornalismo como da pesquisa. Também questionam as relações com os pertencimentos geracionais, as vivências e as experiências profissionais anteriores, e que produzem formas diferentes de se fazer pesquisa em jornalismo. Os autores deste dossiê partem dessa ideia geral da relação entre as normas dos pesquisadores e a construção e análise de objetos de pesquisa, para discutir e aprofundar diferentes pontos: primeiro, tentando compreender e questionar a natureza do jornalismo a partir de um ponto de vista epistemológico e que vai procurar reconstruir os fundamentos

reconhecidos por todos como definidores da prática jornalística (Gilles Gauthier); em seguida, mostrando o impacto do debate acadêmico e intelectual em relação à transformação das práticas jornalísticas, particularmente na construção de novos mecanismos de autorregulamentação profissional (Madelena Oliveira); ou ainda analisando os movimentos de distinção (Gilles Bastin) e de aproximação/contaminação (Sayonara Leal) produzidos pelas Ciências Sociais em relação ao jornalismo. Esses quatro textos buscam, cada um à sua maneira e a partir de domínios do conhecimento distintos, se posicionar em relação às suas próprias normas, tanto as dos autores como outras. Eles servem como ponto de partida para uma reflexão sobre as normas dos pesquisadores em jornalismo, um tema que mereceria ser retomado...

Cristiano ANUNCIÇÃO
Fábio Henrique PEREIRA
Tradução

NOTAS

¹ Este número especial é resultado de uma jornada de estudos "Olhares cruzados sobre a metodologia de pesquisa em jornalismo", organizada no âmbito do Colóquio luso-francófono MEJOR. Ela foi realizada em Florianópolis, em maio de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cunningham, B., 13 de novembro 2005, “Teoria e prática: Em busca da escola perfeita de jornalismo”, Observatório da Imprensa, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da131120021.htm>.
- Delano, A., 2008, “Different horses, different courses”, *British Journalism Review*, vol. 19, n° 4, pp. 68-74.
- Frisque, C., 2016, “Les SIC dans les recherches sur le journalisme au sein d’un laboratoire pluridisciplinaire, issu de la science politique”, *Revue française des sciences de l’information et de la communication*, n° 9, <http://rfsic.revues.org/2457>, DOI: 10.4000/rfsic.2457.
- Hellot, M.-C., Malo, L., 2001, “Formation en journalisme, norme linguistique et médias. Interrogations et perspectives”, em Raymond, D., Lafrance, A. A. (Eds.), *Norme et médias*, Québec, Les publications du Québec, Terminogramme, pp. 97-98.
- Heritage, J. C., 1991, “L’Ethnométhodologie: une approche procédurale de l’action et de la communication”, *Réseaux*, n° 50, pp. 89-123.
- Le Cam, F., Trédan, O., 2008, “Journalisme et web: quels outils de formation?”, *MédiaMorphoses*, n° 24, pp. 105-112.
- Marques de Melo, J., 2004, “Os primórdios do ensino de jornalismo”, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n° 2, pp. 73-83.
- Marques de Melo, J., 2009, “Journalistic thinking: Brazil’s modern tradition”, *Journalism*, vol. 10, n° 1, pp. 9-27.
- Mellado, C., 2011, “Examining professional and academic culture in Chilean journalism and mass communication education”, *Journalism Studies*, vol. 12, n° 3, pp. 375-391.
- Menger, P.-M., 2009, *Le travail créateur. S’accomplir dans l’incertain*, Paris, Gallimard.
- Motta, L. G., 2013, “From one to another paradigm: continuities and discontinuities of research in journalism in Brazil and Latin America”, *Brazilian Journalism Research*, vol. 9, n° 1, pp. 51-75.
- Nolan, D., 2008, “Journalism and Professional Education: A contradiction in terms?”, *Media International Australia*, vol. 126, n° 1, pp. 14-26.
- Padioleau, G., julho 1976, “Systèmes d’interactions et rhétoriques journalistiques”, *Sociologie du travail*.
- Pélissier, N., 2008, *Journalisme: avis de recherche. La production scientifique française dans son contexte international*, Bruxelles, Bruylant, coll. Médias, sociétés et relations internationales.
- Reese, S. D., 1999, “The progressive potential of journalism education recasting the academic versus professional debate”, *The Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 4, n° 4, pp. 70-94.